



MINISTÉRIO DO TURISMO  
COORDENAÇÃO-GERAL DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900  
Telefone: - www.turismo.gov.br

Ata de Reunião

ATA DA 33ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL  
(1ª REUNIÃO DO EXERCÍCIO DE 2022)

**Data:** 24 de março de 2022

**Local:** Reunião por videoconferência (Microsoft Teams)

**Link:** [https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F\\_%23%2F%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting\\_ZGixYzAzZjctNDIiNi00MWJmLWlwNDgtZGYxOTAwYmFjMDk3%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257b%2522Tid%2522%253a%252217276-66ab4458b744579d72a0a3c1%2522%252c%2522Oid%2522%253a%252226320c5b-60d1-47a2-a8aa-48d51eedf0f7%2522%257d%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=b2c6073c-7bc3-4078-b06c-cd82325533e1&directDI=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&suppressPrompt=true](https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2F%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_ZGixYzAzZjctNDIiNi00MWJmLWlwNDgtZGYxOTAwYmFjMDk3%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257b%2522Tid%2522%253a%252217276-66ab4458b744579d72a0a3c1%2522%252c%2522Oid%2522%253a%252226320c5b-60d1-47a2-a8aa-48d51eedf0f7%2522%257d%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=b2c6073c-7bc3-4078-b06c-cd82325533e1&directDI=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&suppressPrompt=true)

Aos 24 dias de março do ano de dois mil e vinte dois, por meio de videoconferência realizada pela plataforma Microsoft Teams, às 14h30, foi dado início aos trabalhos da 33ª reunião do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) - triênio 2019/2022 (1ª reunião do exercício de 2022), com os seguintes conselheiros (as) presentes: **Presidente, em exercício, Conselheiro Rafael Nogueira** (Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural); **Conselheira Ana Cristina Maltez** da Confederação Nacional dos Municípios-CNM; **Bernardo Boghossian Aguiar**, Secretário Executivo do Conselho; **Conselheiro Bruno Cunha**, 1º suplente representante da região sul; **Conselheiro Carlos Antunes**, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; **Conselheiro Davy Alexandrisky**, 2º titular representante da região Sudeste; **Conselheiro Dimitri Garcia de Lima**, Secretaria Nacional do Audiovisual; **Diogo Carvalho**, Assessor do Núcleo de Relações Internacionais-IBRAM (ouvinte); **Conselheiro Endrigo Claugan Thomas Vargas**, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural-SEDEC; **Conselheiro Fábio Augusto Oliveira Pinheiro**, Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo – SNTUR; **Conselheiro Fabrício Noronha**, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura **Fabrício Storani de Oliveira**, Ministério da Educação; **Conselheiro Felipe Carmona Cantera** - Secretário da Secretaria SDAPI; **Flávia Mello de Castro**, Coordenadora do Conselho Nacional de Política Cultural; **Gabriella Crivellente da Nóbrega**, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura; **Conselheira Isis Valéria Gomes**, titular do Segmento Técnico Artístico, da Câmara Brasileira do Livro; **Conselheiro Jorge Claudio Machado**, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN; **Conselheiro Leonardo Franceschi Ferreira**, 2º titular representante da região sul; **Conselheira Loiva Lopes Calderan**, titular do Segmento das Culturas Populares da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha; **Conselheiro Luiz Carlos Ramiro Junior**, Fundação Biblioteca Nacional; **Conselheira Marinez Teodoro Fernandes**, 1º suplente representante da Região sudeste; **Nádia de Castro Amaral Franco Walter**, Ministério da Justiça e Segurança Pública (ouvinte); **Conselheira Jéssika Helen dos Santos**, representante da Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural-SEDEC; **Conselheiro Pedro Zambom**, Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos – Abgames; **Conselheira Rita de Cassia Fernandes de Andrade**, 1º titular representante da região centro-oeste; **Conselheiro Sebastião Alberto Vieira de Moura**, Representante da Região Norte; **Conselheira Silvana Mello**, Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados;

**Registraram-se as ausências:** **Conselheiro Luciano Correia Marinho**, 1º titular representante titular da região Nordeste; **Conselheiro Luciano Rocha**, 2º titular representante titular da região Nordeste; **Conselheira Mãe Tuca**, titular representante da região sudeste Casa de Cultura Ile Ase D'Osguia Iao; **Cacique Libiana**, representante das Expressões Culturais Indígenas; Fundação de Cultura Palmares; **Conselheiro Raphael Vianna Coutinho**, titular do Serviço Social do Comércio – SESC; **Conselheira Roberta Saraiva**, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus-ICOM; **Conselheiro Renato da Silva Moura**, 1º titular representante da região Norte; **Conselheira Iariadney Alves da Silva**, 2ª titular representante da região Centro-oeste; Fundação Casa de Rui Barbosa; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Fundação Nacional de Artes-FUNARTE; Agência Nacional do Cinema- ANCINE.

O **Bernardo Boghossian Aguiar**, Secretário Executivo do Conselho, se apresentou e agradeceu a presença de todos. Informou que a reunião estava sendo gravada, e declarou aberta a 33ª reunião do Conselho Nacional de Política Cultural. Solicitou a todos que registrassem a presença no chat. Pediu desculpa pela última reunião por conta do problema técnico na internet do Ministério, e em relação ao não atendimento do cronograma que tinha sido proposto no ano passado, esclareceu que foi por motivo da troca do Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural, que anteriormente era o Secretário Aldo Valentim, e, atualmente, o cargo é exercido pelo Secretário Rafael Nogueira, que já fazia parte do conselho como Presidente da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Em relação à empresa Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI), ele informou que o Projeto de Apoio à Cooperação Técnica (PRODOC) já foi devidamente assinado e publicado no Diário Oficial da União (DOU), então estão com tudo correto, apenas com alguns trâmites a serem percorridos, mas acredita que até o final deste mês esteja com tudo alinhado. Sobre a pauta desta reunião, ponderou que é necessário realizar a aprovação da ata da última reunião, que foi realizada no dia 16 de dezembro de 2021, e aprovação da pauta do dia, que são as considerações sobre as tratativas que tiveram sobre a IV Conferência Nacional de Cultura com a Câmara Temática. Passou a palavra para o Secretário Rafael Nogueira. O **Presidente, em exercício, Rafael Nogueira**, deu boas-vindas a todos os presentes, falou que estava participando como Secretário Nacional, mas como Conselheiro já tinha participado desde 2019, na primeira reunião de conselho, então está bastante familiarizado, tem o maior respeito e dará a maior prioridade para este conselho e para todos os conselheiros. Desde quando chegou aqui como Secretário Nacional conversou com o Departamento e já pediu para priorizar e não atrasar nada por sua causa para que continuassem com as demandas, pois já estava familiarizado e já conhecia o teor dos debates. Assim, fez uma breve apresentação da sua trajetória que começou pela academia Santista de Letras, assessorava presidente, ajudou a fazer eventos literários, premiações literárias, montou o site, cuidava de uma biblioteca de 40 mil volumes pertence ao Martins Fontes no mesmo prédio, e coisas assim. Depois, trabalhou muito com escolas, se formou em filosofia, direito e história (um curso inconcluso, que ainda tem esperança de concluir). Fez um mestrado em Direito Internacional, que não terminou, mas se dedicou especialmente a estudar o direito internacional dos refugiados. Agora, está terminando o mestrado em história do direito, e foi, por dois anos e três meses, Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, onde liderou uma série de projetos, entre eles a reforma e implementação de um sistema de proteção e prevenção a incêndio, que foi aprovado pelos bombeiros e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para proteger a sede da Biblioteca Nacional. Também trabalhou com audiovisual, esteve no cinema algumas vezes como consultor técnico e entrevistado de documentários históricos. Ajudou também a produzir séries históricas. Pontuou que está aqui para fazer acontecer com o conselho e a conferência, e tudo o que precisarem o departamento e a secretaria estarão à disposição. Lamentou muito também pela reunião passada porque ele estava ansioso para se apresentar e dar continuidade na última reunião do 16 de dezembro, que estava presente e gostaria realmente de continuar aqui com as atividades. Agradeceu

ao Secretário Especial de Cultura, Mário Frias, pelo convite que fez para ele estar aqui. Disse que é uma honra enorme, pois o Secretário quis que ele viesse para dinamizar de uma forma diferente e trazer todo um reforço para a questão do Centenário da Independência, o qual ele está se dedicando. Finalizou sua apresentação e deu boas-vindas aos presentes. A **Conselheira Rita de Cássia** solicitou alguns informes antes de começar a reunião, perguntou quem estaria a frente das reuniões com a saída do Aldo, propôs que a reunião fosse presencial pela importância da pauta que é a Conferência Nacional de Cultura, pois teriam a garantia do regimento interno, que seria um bom momento, diante da pauta, e diante do fato de que alguns conseguem se disponibilizar, compreende que os outros diante das suas agendas não conseguem se disponibilizar, então uma vez que fosse presencial teria garantia do quórum necessário, e do debate necessário para avançar com a pauta da Conferência Nacional de Cultura. Para ela a IV CNC não pode ser tratada como está sendo tratada, a sensação é que o carro está andando com a roda furada, então colocou sua proposta e sugeriu que fosse debatida. O **Presidente, em exercício, Conselheiro Rafael Nogueira** informou que é o atual Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural, pontuou que está no lugar do Aldo e que está presidindo o Conselho. Ressaltou que já que não estão conseguindo o quórum na modalidade virtual, que é mais fácil o acesso, ele não acha que seja uma solução se encaminhar para o presencial. Ressaltou o que o Bernardo, Secretário Executivo, que fica à frente do departamento do Sistema Nacional de Cultura, e que já passou diversas vezes informação de que existe a opção por economia, por parte do governo federal, depois do ocorrida devido à crise pandêmica. Destacou que vai se esforçar para fazer tudo *online*, mas que não será este sistema usado neste instante para realizar a conferência. Repetiu que já foi informado pelo Diretor Bernardo, que foi contratada uma empresa, e que existirá uma conexão própria para isso, um sistema que funcione para mil pessoas online, já testado diversas vezes, então acredito que a conferência não sofrerá com o fato dela se realizar online. O **Bernardo Boghossian Aguiar**, Secretário Executivo do Conselho, acrescentou que basicamente é isso que o Presidente pontuou, e que em razão, principalmente da economia. A reunião presencial demoraria mais tempo em relação ao deslocamento, seria mais oneroso e hoje não há mais prazo para isso, o esforço é fazer a conferência acontecer. Estão fazendo reuniões em um curto espaço de tempo entre uma e outra para que tudo dê certo. Sugeriu para, quando tiver oportunidade, conversar com os conselheiros Lara Alves, Davy Alexandrisky e Fabrício Noronha, que estão à frente da câmara temática da IV CNC, para poder saber dos esforços para que isso aconteça. Ressaltou que, hoje em dia, fazer uma reunião presencial iria basicamente atrasar muito o trabalho para a realização da Conferência. O **Conselheiro Pedro Zambom** comentou sobre a fala da Conselheira Rita de Cássia, pontuou que discorda da reunião presencial justamente porque, no caso dele específico, isso seria uma dificuldade muito grande de logística, e de um calendário muito maior, porque quando uma reunião é presencial, precisa viajar para Brasília e acaba perdendo de 2 a 3 dias de trabalho, o que seria diferente de uma tarde, como acontece na modalidade virtual. Entende a importância do debate presencial, acha pode ter mais densidade. No entanto, diante das condições atuais, prefere ainda a reunião *online*. Comentou, inclusive, que todas as questões do quórum são muito mais da questão do planejamento das reuniões. Existiu na primeira reunião de 2019, depois uma reunião em 2020 e depois de muito tempo uma proposta de estabelecer um calendário anual de atividades para que todos pudessem planejar, porque tanto da sociedade civil quanto das entidades governamentais têm compromisso e precisam bloquear as agendas. Quando a reunião é chamada em cima da hora, é necessário desmarcar alguns compromissos, como foi feito para a reunião de hoje. Acredita que seja esse motivo a ausência de alguns conselheiros da sociedade civil, disse que eles precisariam de um calendário determinado com pelo menos alguns meses de antecedência porque acaba acontecendo o que está acontecendo agora, não ter quórum. A **Flávia Mello de Castro**, Coordenadora do CNPC, esclareceu que na reunião de dezembro de 2021 foi aprovado o calendário de reuniões para o ano de 2022. Porém, em janeiro, data marcada para a primeira reunião, tiveram a mudança do Secretário Aldo, e sem a nomeação do novo secretário ficaria inviável a realização da reunião naquela data. Por esse motivo, ela foi remarcada para 17 de março com a chegada do Secretário Rafael Nogueira, mas infelizmente, tiveram um problema de conexão na rede do Ministério. Assim, remarcaram para a data de hoje. Pediu desculpas pelo ocorrido, informou que o calendário com as datas das reuniões está disponível na plataforma do CNPC. O **Bernardo Boghossian Aguiar**, Secretário Executivo do Conselho, explicou que estão fazendo um grande esforço para conseguir fazer a conferência no prazo que foi deliberado. Então, às vezes, vai ter que antecipar alguma das próximas reuniões justamente para conferência poder acontecer. Pediu desculpas novamente por, às vezes, não conseguirem seguir o cronograma, mas que estão fazendo isso com vistas à um bem maior que, no caso, é a realização da Conferência Nacional de Cultura. O **Conselheiro Pedro Zambom** falou que entende a urgência, e ponderou que durante todo ciclo da gestão desse Conselho isso vem acontecendo. Entende a questão da pandemia, mudança de secretários, a Lei Aldir Blanc. Entende essas questões, mas o Conselho está tendo dificuldade de seguir nos últimos anos todos os calendários. Tiveram mais cancelamentos do que prazos cumpridos nesse período, então ressaltou essa questão para que, na medida do possível, tenha alguma antecedência para se planejar melhor, pois uma semana, duas semanas de antecedência, acaba sendo mais complicado eles realmente terem disponibilidade. O **Presidente, em exercício, Rafael Nogueira** disse que, a partir de agora, vão se organizar para lidar com as intempéries já que elas têm que ser consideradas, de modo que vai solicitar ao Departamento, para o diretor Bernardo, para que se organizem para que haja um esforço ainda que mude o Secretário Nacional, que normalmente presidente do conselho, e que hoje é ele quem está no cargo, e ainda que mude o Secretário Especial também, para que haja um esforço para que os substitutos, aqueles que vêm para ficar no lugar provisoriamente, para que esse departamento se esforce para fazer com que isso possa prosseguir. Já aprenderam com a experiência da pandemia, evidentemente não eram esperadas, todas as dificuldades, e que nenhum de deles gostaria que tivesse acontecido. Ele já participou do Conselho e ficou aflito com tudo, e gostaria que o Conselho tivesse seguido com o planejado. Então, sugeriu se esforçar para que haja uma certa autonomia do Departamento para informar aos substitutos, ou aqueles que vêm, dada a absoluta importância e necessidade de continuarem com o calendário intacto. Agradeceu as sugestões e a preocupação que têm que ser levado em consideração. O **Conselheiro Jorge Claudio Machado**, representante do Iphan, solicitou que as reuniões continuem sendo *online* não somente pela questão econômica, mas também pela questão da logística, da mobilização e da realização. Ele lembrou que algumas coisas avançaram muitos anos e trouxeram para benefício. Hoje, muitas defesas de mestrado, doutorado, estão acontecendo *online* e com a presença mais qualificada de professores titulares e de mais doutores, justamente pela logística e pelo custo que diminui. Até as ações culturais, que não é a mesma percepção, por exemplo, de uma apresentação musical ou de teatro, mas a própria legislação permitiu que fossem feitas, inclusive as contrapartidas da Lei Aldir Blanc foram feitas de formato *online*. Então uma reunião dessa também pode ter uma mesma postura. O **Conselheiro Leonardo Franceschi** reforçou a importância da fala da Conselheira Rita, destacou que na reunião presencial as pessoas têm um foco maior, conseguem a confirmação da presença de forma prévia. Claro que todos têm suas dificuldades, mas todos os conselhos se organizam com suplentes para que possam suprir essa ausência. A reunião presencial aumenta em qualidade porque ela abre a exposição de debate, e abre a disposição de entender, de conversar com outro. Assim, eles focam um período maior. Na sua região, por exemplo, eles fazem reuniões, às vezes, de dois dias, conforme necessidade. Então ele preza pela qualidade da conferência e acha que a reunião deveria ser planejada com propriedade. Para isso, deveria mesmo ter pelo menos uma ou duas oportunidades de fazer as reuniões de modo presencial. Acredita que o virtual não pode de forma alguma substituir o presencial. Como serão as relações humanas se a eles ficarem sempre de modo virtual? Acha que isso é incoerente. A facilidade existe, mas estão percebendo que, apesar da facilidade, a adesão não está acontecendo. Ele acredita que isso pode facilitar, ele acha o contrário, porque as pessoas vão confirmar suas presenças, não podendo, o suplente participa e eles conseguem debater com propriedade o foco sem dispersar, sem intempérie, sem cair a internet. Acredita ser importante já que estão em uma fase de pandemia, que o isolamento basicamente não está sendo mais necessário. Estão aprovando o não uso de máscaras em espaços públicos e fechados, e o próprio Presidente, a princípio, não reconhece a importância do isolamento. Então não vê sentido. Precisa pensar na qualidade da conferência e, com certeza, o presencial supriria isso. A **Conselheira Marinez Teodoro Fernandes** pontuou que é a primeira suplente da região sudeste, e acha que é muito importante, mesmo na suplência, que participe das reuniões, mesmo sem ter poder do voto, para que o suplente, quando tiver que participar das reuniões, esteja sabendo direitinho tudo que está acontecendo. Foi avisada hoje pelo Davy para entrar na reunião, pois a titular não poderia participar. Não chegou nem por e-mail e nem por nenhum outro meio o convite. Por exemplo, para que hoje, na sua participação, possa se posicionar e não ser apenas um número. Ela é muito participativa, então para ela não tem meio termo e nem meio tempo. Se para ela a prioridade é o Conselho então vai priorizar o Conselho. Pontuou da importância de receber os documentos gerados pelas reuniões que ela não participou por meio do e-mail, pois serão apenas número. Está para realmente participar. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, destacou o tempo de fala de cada membro. Para não se estender muito conforme foi aprovado pelo regimento interno do conselho, que o tempo de fala é de 2 minutos. Então pediu para que os membros se atentem às regras. A **Conselheira Rita de Cássia** falou que diante da pauta que trata da Conferência Nacional de Cultura, a qual está garantida por lei que tem que acontecer, ela é uma das competências do Conselho Nacional de Política Cultural. É uma pauta extremamente relevante para o setor cultural e para o Brasil como um todo. Lembrou que têm verbas aprovadas para realizar três reuniões presenciais, passagem para todos os conselheiros. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, informou que não tem essa verba aprovada. A **Conselheira Rita de Cássia** disse que em tese isso deveria estar garantido, pois isso está escrito. Concorda com o conselheiro Leonardo quando ele diz que uma reunião presencial, que a qualidade do debate e o volume de decisões que foram deliberadas compensa todo esse desgaste. Ela se surpreendeu que a conselheira Marinez tenha sido convocada pelo Davy, tudo isso a incomoda e a preocupa muito, pois eles vêm de outras instâncias como esta, então sabe quais são os procedimentos. Esses procedimentos estão sendo atropelados, e o que está acontecendo, com todo respeito a todos os conselheiros, têm conselheiros que estão conseguindo parar suas agendas para vir para a reunião, e quando eles param é uma tarde inteira que compromete diversos outros fazeres. O serviço nesse conselho é voluntário, inclusive, e as reuniões não acontecem. Assim eles ficam nesse debate esvaziado. O conselho tem direito a reuniões presenciais, ninguém está dizendo que vão voltar para o método anterior, mas é uma reunião para tomar uma série de decisões,

fazer um debate aprofundado sobre a conferência porque as informações estão chegando de forma nada oficial, as coisas estão acontecendo de uma forma muito preocupante, as informações sobre a Conferência Nacional de Cultura estão chegando via grupo de WhatsApp, e eles não podem continuar com esse formato. Também não podem uns se comprometerem a vir e outros não vir, uns suplentes serem avisados e outros suplentes não serem avisados, que nem é o titular da cadeira. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, informou que a titular da Marizete, a Conselheira Giovana Penido, informou à Secretaria Executiva que iria comparecer à reunião. Então se ela não aparece, aí temos que convocar a suplente de última hora. O titular tem que passar o andamento das reuniões para o seu suplente. Em relação às reuniões presenciais, informou que não adianta se estender, pois estão adotando todas as medidas cabíveis para fazer acontecer a reunião, e, sem sombra de dúvidas nenhuma, as reuniões hoje em dia presenciais vão atrasar a pauta e eles não conseguir realizar a reunião esse ano. Então pediu desculpas, mais uma vez, por tudo que aconteceu no passado, que já foi exaustivamente explicado. Acredita que agora que já tem quórum na reunião, então ficar discutindo politicagem não vai levar a lugar nenhum. Então passou a palavra para o secretário Rafael para fazer a votação da ata da reunião passada. O **Presidente, em exercício, Conselheiro Rafael Nogueira**, informou que a ata da reunião passada foi encaminhada para todos por e-mail, que tiveram a oportunidade de fazer a leitura prévia. Então ele perguntou se alguém tinha alguma observação, alguma objeção, aqueles que aprovam podem ficar em silêncio. **Sem nenhuma objeção o Pleno aprovou a ata da 32ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural (3ª reunião do exercício de 2021), realizada em 16 de dezembro de 2021.** O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, complementou que as informações passadas pela conselheira Rita sobre o Whatsapp, foi um jeito que a Secretaria Executiva encontrou de fazer com que as informações chegassem de forma mais rápida. Ela não tem recebido as informações porque hoje em dia tem uma Câmara Temática para tratar exatamente dessa pauta, com menos pessoas, mas que tem a paridade entre poder público e sociedade civil. A Câmara é justamente para serem tratados os assuntos de forma mais célere, então os conselheiros Davy, Fabrício, Ana e Lariadney, que é a coordenadora da Câmara Temática. Ela, inclusive, iria apresentar as considerações, mas, como até o momento ela não havia entrado na reunião, foi solicitado que o conselheiro Davy fizesse a apresentação dos debates sobre a Conferência. A **Conselheira Rita de Cássia**, com todo respeito aos conselheiros Davy e a Lariadney, solicitou que as informações oficiais sejam enviadas via Documento, pois as informações têm chegado via Whatsapp de uma forma completamente informal, ela solicitou também para secretaria executiva toda a documentação referente a contratação da empresa. Informou que eles são um órgão fiscalizar, e por isso gostariam de ter acesso. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, disse que repassará as informações, informou que o PRODOC foi publicado no Diário Oficial da União. A **Flávia Mello de Castro, Coordenadora do CNPC**, esclareceu que todas as informações passadas pelo Davy via Whatsapp seriam discutidas nessa reunião de hoje, tudo o que foi discutido nas reuniões da Câmara Temática neste ano, que já foram realizadas três reuniões. Hoje é o retorno do que foi discutido nas reuniões da Câmara. Quando diz que foi passado pelo Whatsapp é porque aguardávamos a Plenária para discutir com todos os membros. Possivelmente o Conselheiro apenas adiantou o assunto para todos. O **Conselheiro Jorge Claudio Machado** fez duas solicitações, a primeira referente ao controle do tempo de fala de cada um, pois se sente cerceado no tempo de fala quando algum membro ultrapassa o tempo de fala, que é de dois minutos para se manifestar. A segunda é que cada um fale por suas representações, pois não são todos que estão pedindo, que cada um possa falar com quem representa porque seria mais adequado a todos. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** iniciou sua fala dizendo que era importante pontuar que essa tarefa foi executada pela Câmara Temática da IV Conferência, que foi tirada aqui na plenária do CNPC, tendo dois membros indicados pela sociedade civil e dois membros indicados pelo governo. Essa Câmara Temática é oficial, todas as notícias que saem dessa câmara temática são oficiais. A câmara temática foi publicada em portaria no Diário Oficial da União, e nenhuma informação que ele, a Lara, o Fabrício, ou outro companheiro da Câmara são extra oficiais, são todas oficiais. Se a forma de passar não está adequada, passar pelo Whatsapp, então é só cobrarem diretamente que ele manda por e-mail, não tem problema. Tudo que ele escreveu no Whatsapp, ele pode escrever no e-mail e envia sem nenhum problema. Ele apresentou o que foi discutido na Câmara Temática da IV conferência Nacional de Cultura, que são três documentos. O primeiro, e mais importante na sua opinião, é a convocatória, que já foi aprovada em parte pelo conselho, os eixos. A câmara temática é somente um laboratório para produzir os documentos, mas quem decide é o pleno do CNPC. Então, essa remessa de informação não precisa ser uma coisa constante, eles discutem e passam as informações para quem os elegeram, no caso, ele da sociedade civil, comenta com a sociedade civil para trazer sugestões. O Fabrício tem levado tudo ao Fórum dos secretários que ele representa, e traz sempre resposta para subsidiar as decisões. Assim como ele conversa com a sociedade civil para trazer algumas opiniões, é assim que funciona. Não tem nenhum segredo, a Câmara é um laboratório de trabalho que tem dois membros da sociedade civil e dois do poder público para trabalhar junto com a Flasco e com os gestores da Secult. Informou que já foi conversado com a sociedade civil que o fórum dos gestores de cultura dos Estados não concordou com aquela primeira agenda, que seria a etapa municipal de abril a 15 de maio, e estadual de 15 de maio a 30 de junho. Como seria impossível você fazer uma conferência sem pactuar com os secretários que são responsáveis pelas etapas municipais e estaduais não chegaria jamais à etapa Nacional. Então, por força dessa proposta do Fórum dos Secretários, a Câmara propôs um novo calendário que seria: Etapa Municipal ou Intermunicipal: até 30 de junho/2022; Etapa Estadual e do Distrito Federal: até 06 de novembro/2022; e Etapa Nacional: 19 a 22 de dezembro de 2022. Se todos concordam com a proposta de mudança trazida para câmara temática da conferência pelo fórum dos secretários ou não. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, destacou que foi feita uma consulta a empresa responsável pela realização da Conferência Nacional, e eles estão fazendo um grande esforço para conseguir sistematizar todas as informações nesse curto espaço de tempo que eles vão ter. Eles estiveram presente nas reuniões da Câmara Temática para conseguir fechar esse calendário de uma forma com que as coisas realmente fossem capazes de acontecer. O Fabrício apresentou a primeira proposta de cronograma para os secretários, e eles disseram que seria impossível os estados dos municípios realizarem as conferências, então a Flasco foi muito correta, não economizou esforços e, hoje em dia, eles conseguem apresentar esse novo cronograma para conseguirmos realizar a conferência até o final do ano. Assim, ele pediu que se alguém tivesse algum problema em relação ao calendário que se manifestasse. Com isso, foi colocado em votação o calendário proposto. **Assim, foi colocado para votação, e aprovado por unanimidade, o calendário da IV Conferência Nacional de Cultura para acontecer no seguinte período: Etapa Municipal ou Intermunicipal: até 30 de junho/2022; Etapa Estadual e do Distrito Federal: até 06 de novembro/2022; e Etapa Nacional: 19 a 22 de dezembro de 2022.** O **Conselheiro Leonardo Franceschi** concordou com o novo cronograma e disse que é viável, eles têm um tempo considerando esses cronogramas e os planejamentos das secretarias estaduais. Acredita que eles precisam organizar e tem uma certa amara, mas se preocupa que esse prazo seja curto demais para sistematização de todo o material que será produzido, em todos os municípios e estados. Sabe que é a responsabilidade da Flasco fazer isso, mas tem que se preocupar com esse espaço de tempo, pois ele não sabe se é possível. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, explicou que o relatório das etapas estaduais e distrito federal, o número de propostas, isso daí foram as condições que a Flasco passou para a gente, para que eles conseguissem fazer nesse curto espaço de tempo. Realmente é muito curto esse espaço de tempo, a Flasco teve que se organizar internamente, conversou entre si e com a câmara temática, e mostrou para eles que nessas condições, que são os relatórios serem encaminhados até o dia 8 de novembro, e que as propostas sejam até 20 por estado, e no mínimo 3 por eixo e cinco priorizadas independente do eixo, conforme o nível de importância em relação às necessidades e especificidades locais, seria possível essa sistematização para darem início a etapa nacional em 19 de dezembro. Essa seria uma proposta exequível da Flasco com ajuda da Câmara Temática. O **Conselheiro Leonardo Franceschi** demonstrou preocupação com os gestores por conta dos prazos, pois ainda teriam a fase da Lei Aldir Blanc, e ainda por mais esteja tudo organizado, eles estarão mergulhados de cabeça para a execução, prestação de contas, entre outros. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** esclareceu que a sistematização das etapas municipais, estaduais e distrital, esse é um compromisso dos gestores de cultura dos estados e eles que pactuaram esses prazos. Foram eles que trouxeram esse prazo. A **Conselheira Rita de Cássia** questionou se foram consideradas as questões de quem já realizou as conferências. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, informou que está no tópico 4 (apresentação na tela) e que o Davy ainda iria abordar esse assunto. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** disse que, em questão das conferências que foram realizadas, eles têm a seguinte questão: as conferências que foram realizadas foram conferências estaduais e municipais. Agora estão tratando da Conferência Nacional, que tem etapas municipais, etapas estaduais e distritais, e essas etapas estão publicadas na Conferência Nacional de Cultura. Então, elas estão sujeitas a toda a regulamentação da Conferência Nacional de Cultura, que pede que cada conferência apresente 20 propostas de cada eixo, então eles têm cinco eixos, em cada eixo tem três propostas, então vão ser 15 propostas e cinco propostas livres. Assim, precisa apresentar três propostas, no mínimo, de cada eixo, mais 5 livres, ou seja, se a sua conferência não tratou dessa questão a nível nacional para a revisão do Plano Nacional de Cultura, isso está no artigo 2 da convocatória, esta conferência é para revisão do plano nacional de cultura que foi prorrogado. Ele acabou há dois anos, foi prorrogado até dia 2 de dezembro, depois disso o Sistema Nacional de Cultura deixa de existir porque ele perde o seu "CPF" (conselho, plano e fundo), pois fica sem plano. Então vão fazer a revisão do Plano Nacional de Cultura, cada estado tem a oportunidade de apresentar 20 propostas para revisão desse Plano Nacional de Cultura. Se isso não foi tratado nas conferências que aconteceram, os estados e municípios precisam encontrar alguma maneira para convocar pessoas, e se reunir novamente. Para participar do caderno de propostas, é necessário tirar suas propostas, além disso, todos os entes federados estaduais precisam trazer para a Conferência Nacional 30 Delegados, esses 30 Delegados são eleitos nessa conferência da Etapa Estadual. Se a conferência do seu estado, do Distrito Federal, do seu município, não tratou dessa eleição, ele não está habilitado a participar da conferência nacional, ou seja, para participar da Conferência Nacional tem que ter 20 propostas e eleição de 30 delegados. Se alguém encontrar uma fórmula para equacionar isso, não tem problema nenhum. A responsabilidade das conferências municipais e estaduais é do Secretário. Cada um precisa negociar com seu Secretário. A **Conselheira Rita de Cássia** informou que é conselheira do distrito federal, informou que o DF fez a 5ª conferência de cultura porque como a conferência nacional está atrasada, era para ter sido feito em outro momento, ela provocou um atraso de outras conferências em todo o

Brasil. Então o Distrito Federal também já estava com essa pendência, por isso realizou a conferência. A sugestão é que gere de alguma forma mecanismos de adaptação. Pois não é simples, nem fácil e nem barato realizar a conferência. No DF levou de 5 a 4 meses para fazer a conferência. Andaram por todas as regiões administrativas, consolidaram o número de propostas. Eles trabalham no Plano do Distrito Federal, já que não tinham as diretrizes da Conferência Nacional. Então para que eles não levem um complicador, tendo em vista o prazo muito curto, que eles apresentem algumas saídas, algumas formas dos estados, das localidades que já realizaram suas conferências, que tenham mecanismos de fazer essa adaptação. Acredita que não pode dizer que se não tiver dentro do regramento terá que realizar nova conferência. Acha que é desproporcional e que não cabe dentro da realidade deles. Então tem que apresentar saídas para que as conferências que já aconteceram em vários outros territórios nacionais, que as pessoas consigam fazer uma adaptação e consigam se encaixar, e encaixar as suas propostas, os seus eixos que foram debatidos nas suas localidades dentro desses eixos propostos. No DF a única coisa que não foi feita foi a seleção dos delegados, pois não sabiam oficialmente quantos delegados iriam para a nacional. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** lembrou que, na verdade, são oito meses para realização da conferência estadual, e cada um dos secretários de estado e do Distrito Federal pactuaram entre si numa reunião presencial em Vitória/ES a realização, nesse espaço de 8 meses, para poder atender às exigências da Conferência Nacional de Cultura. Os secretários entenderam que com 8 meses, que será em novembro, eles têm condição de estruturar essa Conferência estadual, pois em todas as conferências, eles trabalham com um caderno com 5 eixos. Nesses eixos vêm as propostas que estão sendo acumuladas. Exemplificou um caso de uma conferência que debateu um eixo que não estava previsto nos eixos da conferência nacional, então não tem como. Pois a Conferência Nacional tem que ter uma direção, e a direção são os eixos que os conselheiros do CNPC aprovaram em reunião de Pleno. Esses eixos precisam estar lá, e os secretários acreditam que têm condições de fazer isso. O **Conselheiro Leonardo Franceschi** indagou se os gestores colocaram algum impedimento sobre essa questão por exemplo, a preocupação qual é? Eles precisam fazer um novo evento? Todos com quem ele está falando na região metropolitana da capital de Curitiba e litoral estão se preparando há muito tempo para esse momento, então eles têm consciência que vão ter que fazer um momento específico para a conferência nacional, e fazer os trâmites como rege a Conferência Nacional. A maioria dos municípios do Estado, que ele participou nas conferências como palestrante, eles fizeram suas conferências mais para renovar conselho, para fazer seus debates regionais nos seus contextos de cultura, mas, mesmo assim, no seu Estado, todos têm consciência que terão que prever nas suas agendas um momento específico para atender as demandas da conferência nacional. Para ele parece que será algo natural, não sabe se tem alguma resistência de outros estados e municípios. O **Conselheiro Fabrício Noronha** informou que não tem nenhuma questão específica que surgiu de alguma reivindicação de algum estado, falando pelos estados, mas nessa construção também estavam os fóruns dos municípios e a intenção foi de que desse essa abertura, uma vez que o município, o estado entendam através de alguma metodologia, se vai ter um novo encontro, se vai ser alguma coisa que para repactuar e alinhar a metodologia seria aceito, até para não determinar a obrigatoriedade, pois aí pode até acarretar algum tipo de judicialização porque o governo federal atrasou e agora a eles já realizaram, que é o que foi debatido lá. Mas não tem nenhum caso concreto de um estado ou município que tenha reivindicado. Em relação ao prazo, dessa janela de novembro, o ponto fundamental disso, complementando a fala do conselheiro Davy, é o período eleitoral, pois eles têm, a partir do dia 2 de julho o início desse período, que vai até a execução da eleição, que pode ser primeiro ou segundo turno a depender de cada Unidade Federativa e do Federal. Então esse tipo de atividade fica bem restrita, e fazer antes desse período de dois de julho, ficaria estrangulada uma vez que ainda está no ponto da convocatória, então poderia dar um problema. Isso poderia dar um problema com essa variação, eles pediram para fazer em novembro para também ter mais tempo também de organizar. Saindo desse período que, para além das questões legais, também tem o debate público, que fica muito tomado, no bom sentido, pelo período pré-eleitoral. A **Conselheira Rita de Cássia** perguntou ao conselheiro Fabrício se foi ventilada a possibilidade de ter uma adaptação, porque ela acredita ser completamente inconcebível que o Distrito Federal inteiro, que se mobilizou para realizar a sua 5ª conferência, levante um caderno de propostas e agora têm que fazer outra conferência, no ano seguinte, porque ela tem que estar vinculada à conferência nacional. Pelo que ela entendeu, gostaria que ficasse mais claro se foi ventilada então a possibilidade de que, no caso do Distrito Federal, como exemplo, eles se reencontrassem e aí fizessem uma distribuição, uma adaptação, uma realocação das propostas de acordo com os 5 eixos propostos pela conferência nacional. Questionou por que eles não podem chegar para o Distrito Federal e dizer que tudo que eles fizeram no ano passado, que gastou o dinheiro, que gastou tempo, que mobilizou as pessoas, e que não está valendo e por isso vão ter que fazer uma outra conferência no ano seguinte. Então, ela queria entender melhor o que foi ventilado e como que eles vão tratar essa questão séria, porque não é um caso só do Distrito Federal que já fez a conferência. Acredita que a Bahia também já fez a conferência, vários lugares já fizeram. Como como vão tratar essa questão e como vão propor para esses locais se adequar aos 5 eixos que estão propondo. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** esclareceu que isso está previsto na convocatória. A **Conselheira Rita de Cássia** disse que havia questionado ao Conselheiro Fabrício. O **Conselheiro Davy Alexandrisky**, por ser o relator, informou que isso no parágrafo 10 do artigo 9º da convocatória está previsto que pode adaptar o que quiser, o importante é quem tem que decidir são os agentes culturais com o seu secretário local da maneira que achar melhor. O importante é que para participar da conferência nacional de cultura necessariamente precisa apresentar 20 propostas e uma ata com a eleição dos 30 delegados. A maneira que cada ente federado vai fazer, cabe a cada gestor local. Isso vai aparecer no documento conforme consta no parágrafo 10 do artigo 9º da convocatória. A **Conselheira Rita de Cássia**, ela agradeceu ao conselheiro Davy, e pediu que o conselheiro Fabrício esclarecesse se foi ventilado no encontro com os secretários esse ponto. O **Conselheiro Fabrício Noronha** informou que esse ponto específico não foi ventilado porque isso foi um ponto discutido bem lá atrás, eles focaram na questão do calendário, principalmente com as preocupações relativas ao calendário eleitoral, entendendo que esse outro ponto já tinha sido superado. Como ele havia falado anteriormente, não teve nenhum fato concreto de algum pedido de estado ou município específico, além do próprio cuidado que tiveram ao construir esse debate, atento justamente aos que já tinham realizado. Então não tiveram nenhuma reivindicação ou fato debatido, mas como o conselheiro Davy colocou, isso eles entendem que essa relação entre os municípios daquele estado e o próprio estado pode facilitar e dinamizar, porque também ter uma regra só de cima para baixo poderia dificultar os casos específicos de cada lugar. Se é obrigado a fazer um encontro de novo ou se naquele lugar já está pactuado e coincidiu com o temos. Enfim, por isso, eles preferiram deixar dessa forma em aberto, para que cada ente e municípios poderiam pactuar. A **Conselheira Rita de Cássia** chamou a atenção para esse caso, ela acha que é um caso que vai acontecer e que vai ocorrer mais de uma vez, então que de alguma forma, para além de estar no item que o Conselheiro Davy falou, para que possam se precaver, e já tenham de alguma forma alguns mecanismos propostos porque, com certeza, eles terão que enfrentar esse tipo de situação. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** pediu para deixar claro que as conferências municipais e estaduais são afeitas aos secretários não é feita a Secretaria Especial de Cultura. Para a Secretaria Especial de Cultura e ao Conselho Nacional de Política Cultural só interessa o fato de que chegará à Conferência Nacional de cada um Ente Federado, um caderno com 20 propostas sistematizadas e uma lista de 30 delegados na respectiva ata de eleição. Estas questões não estão subordinadas ao Conselho Nacional de Política Cultural e nem a Secretaria Especial de Cultura. Estão subordinadas aos Secretários de Estado de Cultura do Brasil, e que cabe a eles a responsabilidade de apresentar à Conferência Nacional essas propostas e essa delegação. Cada estado que tiver seu problema, como Fabrício falou, vai ajustar de acordo com a sua realidade local. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, perguntou a conselheira Rita se ela tinha compreendido a explicação do Conselheiro Davy, da liberdade que o estado tem para conversar junto com a sua gestão cultural e ver a melhor forma para atenderem ao que é solicitado para Conferência Nacional. A **Conselheira Rita de Cássia** disse que entendeu a explicação do Conselheiro Davy, mas que ainda assim reitera que cabe a Comissão que está à frente e à empresa, estar preparada para, inclusive, passar esse tipo de informativo de uma forma mais clara porque as conferências estaduais precisam estar adequadas a conferência Nacional, em tese, só se faria a conferência Distrital uma vez que se tivessem as diretrizes ou os eixos da Conferência Nacional, mas, infelizmente, isso não aconteceu. Então é fundamental que estejam preparados também para dar esse tipo de suporte, esse tipo de informação, porque ele vai surgir. Ela falando do seu território, mas vai surgir em outros locais. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, perguntou aos conselheiros se eles tinham alguma consideração ao que foi apresentado pelo conselheiro Davy da Câmara Temática. A **Conselheira Rita de Cássia** questionou se não seria nesse momento que entraria a sua proposta de que tenha em algum momento esse tipo de orientação para os territórios que realizaram as conferências. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, informou que esse ponto deverá ser abordado no texto da convocatória. **Assim, foi colocado para votação, e aprovado por unanimidade, os seguintes tópicos apresentados pelo Conselheiro Davy:** **a) Relatórios das Estaduais/Distrito Federal: Envio do relatório das etapas estaduais/Distrito Federal: até 8 de novembro/2022; b) Número de Propostas da Etapa Estadual e do Distrito Federal para a Etapa Nacional: Do total de propostas formuladas, cada conferência estadual e do Distrito Federal deverá selecionar até 20 (vinte) para envio à etapa nacional, considerando o número mínimo de 03 (três) propostas por eixo. Isso significa que cada estado encaminhará 15 (quinze) propostas dos eixos, restando 05 (cinco) para serem priorizadas, independente do eixo, conforme o nível de importância em relação às necessidades e especificidades locais; c) Sobre os municípios que já realizaram conferências: Cabe à Comissão Organizadora Estadual definir se consideram as conferências municipais/intermunicipais realizadas antes da publicação da portaria de convocação, que convoca a IV CNC, como preparatórias à Etapa Estadual, bem como a definição sobre o envio das propostas e da forma de eleição da delegação municipal para a conferência estadual; d) Sobre as unidades federadas que já realizaram suas conferências: Serão consideradas como preparatórias à Etapa Nacional as conferências estaduais realizadas pelas unidades federadas antes da convocação da IV CNC, desde que seja comunicado com antecedência ao CNPC e enviem os relatórios da realização delas de acordo com as orientações descritas no documento orientador; e) Eleição da Delegação para a Etapa Nacional da IV CNC das unidades federadas que realizaram suas conferências: As unidades federadas que realizaram as conferências estaduais antes da convocação da IV CNC deverão definir a forma de eleição dos/as 30 (trinta) delegados/as a que tem direito para a Etapa**

**Nacional da IV CNC, enviando a lista da delegação no relatório que será encaminhado à comissão organizadora nacional.** Na sequência, ele apresentou o documento básico que traz as informações básicas sobre a conferência, informou que esse documento vai ser estruturado e, nesse momento, eles têm apenas uma proposta de estrutura, e não o documento pronto ainda. Informou que a estrutura do documento precisava ser aprovada. Na apresentação, contaria o histórico das edições anteriores, falaria sobre o Plano Nacional de Cultura. A conjuntura trataria do ocorrido com a pandemia, prorrogação do Plano, as legislações vigentes, então basicamente o que está escrito na apresentação (e que foi enviado por e-mail anteriormente). Dessa forma, perguntou se alguém teria alguma observação ou comentário a fazer, caso contrário passariam para aprovação das ementas dos 5 eixos. Os eixos já foram aprovados na reunião passada. Hoje precisariam aprovar apenas as ementas deles. Não houve nenhuma manifestação contrária. **Assim, foi colocado para votação, e aprovado por unanimidade, a estrutura do documento base e as ementas dos 05 eixos, sendo: Apresentação (Breve Histórico: Convocação; Edições Anteriores; Plano Nacional de Cultura); Conjuntura (Pandemia; Prorrogação do PNC; Legislações); Contextualização (Informações sobre a IV CNC – Público; Atribuições; Instâncias de Participação –; Tema Central Plano Nacional de Cultura: Diretrizes para uma política cultural inclusiva e integrada – Apresentação; Objetivo Geral; Objetivos Específicos –; Eixos – Foco; Ementa; Subitens). As ementas dos 05 eixos que foram aprovados são: I - Institucionalização e Marcos Legais da Cultura: Neste eixo espera-se avançar na discussão de propostas que visem o fortalecimento da função do estado na institucionalização das políticas culturais, a intensificação do planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural e a consolidação da execução de políticas públicas para cultura. II - Diversidade Cultural: Com esse eixo pretende-se a discussão de mecanismos que garantam o reconhecimento e valorização da diversidade, a proteção e a promoção das artes e expressões culturais. III – Acessibilidade Cultural: Será realizado nesse eixo o debate sobre a universalização do acesso dos brasileiros à arte e à cultura; a qualificação de ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público e sobre o acesso às condições de meios de produção cultural pelos criadores de cultura. (no conteúdo será abordado questões relativas à acessibilidade para PCDs). IV - Sustentabilidade: dimensão social, econômica, ambiental e cultural: A ampliação da participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico, a promoção das condições necessária para a consolidação da economia da cultura e a indução de estratégias de sustentabilidade nos processos culturais serão objetos de discussão neste eixo. V- Participação Social e Representatividade: Neste eixo espera-se a discussão de propostas para estimular a organização de instâncias consultivas nos territórios, a construção de mecanismos de participação da sociedade civil e a ampliação do diálogo com os agentes culturais e criadores.** Em seguida, o Secretário Executivo, Bernardo Boghossian, apresentou a estrutura do documento orientador, que orientará as demais etapas municipais, estaduais e distrital da conferência. Lembrou que todos os documentos foram encaminhados por e-mail. Informou que incluirá o nome da Conselheira Marínez na base de dados. A Conselheira Rita de Cássia sugeriu a leitura do documento que estava sendo apresentado no *power point*. O Secretário Executivo, Bernardo Boghossian, pontuou que seria desgastante fazer a leitura, por conta da extensão do texto, haja vista que ele estava sendo apresentado na tela para todos lerem. A Conselheira Rita de Cássia fez a leitura da estrutura do documento orientador, sendo: **Apresentação; Da IV CNC** (Informações sobre a IV CNC) – Tema central, objetivos (geral e específicos) e eixos; Cronograma (informações sobre as conferências já realizadas); Participantes da Etapa Nacional –; **Das Etapas Preparatórias:** Quem organiza (constituição de comissões locais); Das conferências municipais/ intermunicipais: Comissões municipais e/ou intermunicipais; Prazo para realização; Objetivos: Debater o Documento Base; Discutir propostas de ações (as de âmbito estadual e nacional devem ser encaminhadas para discussão na etapa estadual); e Eleger delegados/as para a etapa seguinte. Registro das discussões (relatórios). Das conferências estaduais e do DF: Comissões estaduais e do DF; Prazo para a realização; Objetivos: Discussão do Documento Base e das propostas encaminhadas pelas etapas municipais/intermunicipais; Definição de propostas de ação para o âmbito local e nacional. Formulação e Seleção de Propostas de âmbito nacional para serem encaminhadas à Etapa Nacional: 20 propostas, sendo obrigatoriamente 3 por eixo e as outras 05 para serem priorizadas, independente do eixo, conforme nível de importância em relação às necessidades e especificidades locais; Eleição de delegados/as para a Etapa Nacional. Relatórios das etapas estaduais e do DF: Prazo para envio para a Comissão Organizadora Nacional; Roteiro para elaboração (informações imprescindíveis); Propostas de âmbito nacional aprovadas; Relação da delegação eleita para a Etapa Nacional; Indicação de responsável pela Comissão Organizadora e relação dos integrantes da mesma e Informações gerais da Conferência – **Dicas para a realização das Etapas Preparatórias (Presencial e Virtual);** Antes: Quem organiza (indicação de subcomissões); Competência da comissão organizadora; Dos participantes; Preparando a etapa local (como deve ser realizada; subsídios para o planejamento; como mobilizar e qualificar os participantes; como divulgar). Durante a etapa presencial: Definição do espaço; Duração; Credenciamento dos participantes; Material; Proposta de programação. Durante a etapa virtual: Metodologia; Definição do tempo de duração; Tempo de duração das atividades ao vivo; Tipo de ferramentas; Programação. Comissão Organizadora (indicação de subcomissões); Atividades prévias: Mobilização dos(as) Participantes; Inscrição dos(as) Participantes; Definição de Infraestrutura; Blocos de atividade; Anexo: ficha de participantes e roteiro de relatório. Pós a etapa: Cumprir os prazos; Enviar o relatório; Enviar a lista da delegação; Divulgar os resultados. Após a leitura, ela fez a sugestão de incluir na pós etapa o termo “consolidar os relatórios”. Ela questionou se o documento orientador foi uma proposta da empresa. O Secretário Executivo, Bernardo Boghossian, informou que todos os documentos que estão sendo apresentados foram encaminhados por e-mail para os membros. O Conselheiro Leonardo Franceschi sugeriu que, nesse documento, até para as pessoas irem incorporando, e para quem tiver acesso a ele, que incluísse no texto a quantidade de Delegados para cada etapa que serão selecionados nos municípios e nos estados. A Conselheira Rita de Cássia reforçou que ressaltasse nesse documento orientador a questão do território que já tenha realizado a conferência. O Conselheiro Davy Alexandrisky pontuou que esse documento que foi lido é o caderno orientador, ele é depois da convocatória. Na convocatória é que estão previstas tantas essas questões levantadas pelo Conselheiro Leonardo e pela Conselheira Rita. Na leitura da convocatória perceberão que está previsto. O Secretário Executivo, Bernardo Boghossian, que a convocatória não estava prevista para ser lida na reunião. Mas que haviam encaminhado por e-mail para que os conselheiros pudessem ler e se posicionar na reunião. O Conselheiro Jorge Claudio Machado reforçou que se o documento foi enviado por e-mail, pois é o papel de cada um na reunião poder ler e trazer as considerações, e não ficar lendo aqui. Eles precisam também pensar em serem eficientes, serem responsáveis quanto às suas funções no Conselho. O Conselheiro Davy Alexandrisky pediu a gentileza de pelo menos a questão que estava afligindo a Conselheira Rita, que fosse lido pelo menos só esse pedaço. O Secretário Executivo, Bernardo Boghossian, leu o parágrafo 10 do artigo 9º, que diz: *“Para a validação das Conferências Estaduais realizadas pelas unidades federadas antes da convocação da IV CNC será necessário apresentar a Ata da Eleição dos 30 Delegados do respectivo ente federado, convalidado pela autoridade responsável pelo Órgão Gestor de Cultura, e da apresentação das 20 propostas sistematizada, de acordo com as instruções do Caderno Orientador da IV CNC.”* Também fez a leitura do parágrafo 8º do referido artigo 9º, que diz: *“Serão consideradas como preparatórias à Etapa Nacional as conferências estaduais realizadas pelas unidades federadas antes da convocação da IV CNC desde que seja comunicado com antecedência ao CNPC e enviem os relatórios da realização delas de acordo com as orientações descritas no documento orientador.”* Ressaltou que o documento foi encaminhado por e-mail a todos os membros, e que todas as dúvidas estão sendo respondidas. O Conselheiro Davy Alexandrisky disse que se tiver mais alguma que do que está escrito na convocatória não atenda às solicitações da Conselheira Rita, que possa trazer a proposta na reunião. Se ficou alguma dúvida sobre a liberdade do gestor local, pode propor o texto. A Conselheira Rita de Cássia informou que no parágrafo 9º do artigo 9º está escrito que *“As unidades federadas que realizaram as conferências estaduais antes da convocação da IV CNC deverão definir a forma de eleição dos/as 30 (trinta) delegados/as a que têm direito para a Etapa Nacional da IV CNC, enviando a lista da delegação no relatório que será encaminhado à comissão organizadora nacional”*. Em seguida, fez a leitura do parágrafo 10 do artigo 9º. Pontuou que no caderno orientador não consta o processo de adaptação das conferências que já foram realizadas. Disseram que estaria no chamamento. No chamamento joga para o caderno orientador. O Conselheiro Davy Alexandrisky disse que no caderno orientador fala dos 5 eixos, sendo 20 propostas, necessariamente 3 de cada eixo para garantir que todos sejam discutidos, e 5 propostas livres. A Conselheira Rita de Cássia acredita que não trará prejuízo, pois está insistindo que se deparará com esse problema. O Conselheiro Davy Alexandrisky questionou se o problema será do Conselho Nacional ou dos secretários de estados. A Conselheira Rita de Cássia disse que a responsabilidade são deles que vão levar essas informações, que estão realizando a conferência. Conselheiro Davy Alexandrisky disse que a responsabilidade deles, do Conselho, é receber as 20 propostas e a lista dos 30 delegados. A responsabilidade de como vai ser construída a questão das propostas e da eleição é única e exclusiva do gestor de cultura local, não precisa estar listada. Mas, se o Bernardo quiser, poderá colocar em votação. A Conselheira Rita de Cássia não vê nenhum prejuízo colocar ou no documento orientador ou na convocatória que nos casos da conferência já tenha sido realizada, o gestor teria autonomia para decidir como faria essa adaptação. Disse que não gera prejuízo já esclarecer um problema, ou a Secretaria ou a Flacso ou próprio conselho. Nesse caso o gestor tem toda autonomia para fazer a adaptação dos debates que foram feitos ou das propostas da Conferência, os 5 eixos da conferência nacional. Têm várias, não é apenas do Distrito Federal. Ela mesma já participou de 10 conferências municipais. Sugere que seja simpático estar no caderno orientador. O Secretário Executivo, Bernardo Boghossian, questionou se a proposta da Conselheira Rita seria constar ou na convocatória ou no caderno orientador a frase *“que dê autonomia aos gestores estaduais e municipais de bolarem a forma como bem entenderem de fazerem os relatórios para encaminharem ao nacional”*. A Conselheira Rita de Cássia pontuou que sua colocação se refere que o parágrafo 9º trata exclusivamente de delegados. O parágrafo 10º trata também dos delegados, e diz que órgão gestor tem autonomia para apresentar as 20 propostas de acordo com o caderno orientador. Gostaria de acrescentar, apenas para melhorar e facilitar, que o gestor tem, juntamente com seus conselhos e entidades responsáveis, autonomia para fazer uma adaptação dos debates que foram feitos, ou das propostas que foram levantadas em seus territórios a esses 5 eixos. Então no DF eles teriam autonomia para pegar todas as propostas e adaptar aos 5 eixos da conferência nacional e não obrigatoriamente fazer uma nova conferência. O Conselheiro Davy

**Alexandrisky** discordou da Conselheira Rita, pois se eles aceitam algo do tipo, não diz quem vai fazer essa adaptação e o gestor não pode fazer uma adaptação. A conferência é feita em conjunto com a sociedade, então não pode sozinho fazer a adaptação das propostas. Se exigir uma série de interfaces que não vai funcionar. Cada gestor é responsável pela etapa municipal e estadual, ele faz o que bem entender, desde que mande para a conferência nacional as propostas e a relação dos delegados. Não tem que fiscalizar o que eles estão fazendo no ente federado. Imagina se no DF o secretário de cultura resolve ele mesmo adaptar, e manda para o Conselho. Como seria isso? Essa responsabilidade é do gestor local e o CNPC, ao seu juízo, não faz o menor sentido essa ingerência na decisão que é total do gestor local, mas que podem colocar em votação essa questão. Se começar a escrever isso, vão ficar várias páginas e mesmo assim vão ter várias brechas e, como disse o Fabrício, pode chover de judicialização. A **Conselheira Rita de Cássia** pediu para que o Conselheiro Davy respeitasse o tempo. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** disse que estava falando porque a Conselheira Rita falou a reunião toda, ela estava falando a mesma coisa há meia hora. A **Conselheira Rita de Cássia** retirou a proposta, não por causa da argumentação exacerbada do Conselheiro Davy, mas porque não quer ficar no processo de polinização. Reforçou que vão se deparar com esse problema, que vai gerar um volume gigantesco de perguntas porque não custa nada e não gera nenhum prejuízo dizer ao gestor ou a entidade responsável, que ele pode fazer esse tipo de adaptação, uma vez que ele já realizou sua conferência. Ela pediu para retirar a proposta porque estava se sentindo coagida. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, disse que não teria problema em colocar para votação a proposta se ela quisesse. A **Conselheira Rita de Cássia** reafirmou sua solicitação de retirar a proposta. Depois eles fiquem com 500 mil e-mails para responder em relação a isso. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** pediu para apresentar a proposta da Rita e colocar em votação. A **Conselheira Rita de Cássia** pontuou que era a proposta do Davy e não a dela. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** disse que sua proposta é colocar no caderno essa complicação que a Rita colocou, pois quer ouvir seus pares. A **Conselheira Rita de Cássia** disse que retirou sua proposta e que fosse registrado. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, pontuou que como a Conselheira Rita estava retirando a proposta, não fazia sentido colocar para votação algo que o Conselheiro Davy não concordava. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** disse que é porque a Conselheira Rita se sentiu coagida. Ele não está coagindo ninguém. Ela pode ter razão e os outros conselheiros não disseram nada porque estavam se sentindo coagidos. A **Conselheira Rita de Cássia** disse que iria se retirar da reunião porque o Conselheiro Davy estava alterado. **Conselheiro não identificada** disse que se a Rita saísse poderia ficar sem quórum. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, informou que precisou desligar o áudio dos participantes por causa do tempo. A **Conselheira Rita de Cássia** disse que não estava na reunião para ser tratada dessa forma. Pediu mais respeito, caso contrário ela se retiraria. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** disse que não se incomodaria. O **Conselheiro Pedro Zambom** ressaltou que são dois companheiros que ele respeita muito, a Rita e o Davy que ele respeita muito. Tem aprendido muito com eles nesse processo do CNPC. Acredita que todos aqueles estão no nobre objetivo de tentar promover a melhor Conferência Nacional de Cultura que conseguem fazer diante das condições que são apresentadas. Então acha que é importante ressaltar para todos essas condições, que vem de um período de pandemia, que vem de mudanças de gestão sucessivas no órgão responsável pela Conferência Nacional de Cultura, e que todas essas condições estão gerando uma série de pressões e estresses que estão culminando nesses desacordos. Claro que se conseguissem fazer esses debates com um prazo, com a calma, que eles poderiam ter se tudo isso tivesse sido debatido com os encontros previstos lá desde 2019/2020, ele acredita que eles não estariam tendo esses pontos de conflitos, porque o tempo permitiria que eles debatesses e discutissem todos esses detalhes com pormenores. Então imagina que agora a grande questão é pragmática, apesar da necessidade deles de tentar buscar um consenso daquilo que vai mitigar os vários riscos, e mesmo que eles se esforcem, vão surgir problemas ainda. Acredita que é impossível chegar a uma proposta como gostariam diante das condições que tem poucos meses, tem pouco tempo, eles precisam pensar no aspecto pragmático. Ele tentou pensar em um texto de consenso, tentando ouvir os lados e pensando que artigos poderiam colocar para contemplar, por um lado acatando a percepção do Conselheiro Davy que isso poderia complicar e poderia gerar uma série de consequências no futuro, podendo levar uma judicialização, e do outro lado também não deixando amplo a ponto dessas dúvidas sobrecarregarem a conta dos gestores estaduais e dos gestores municipais. Mas, uma vez que essa proposta foi retirada, ele queria pedir para que acalmassem um pouco os ânimos para entender o objetivo comum de todos os conselheiros, pois eles têm o mesmo objetivo, que é justamente entender as condições objetivas que estão apresentadas e não tem como voltar ao passado, e voltar um passado onde não teve pandemia e não teve sucessivas mudanças de gestão no órgão gestor da cultura a nível nacional. Essas coisas já aconteceram, e eles têm pouco tempo para acontecer essa conferência. Então, precisam ser mais pragmáticos nesse processo de debate ainda que ele seja muito importante. A **Conselheira Rita de Cássia** pediu que fosse registrado em ata a postura, uma postura que atropela a fala, uma postura que responde por outros conselheiros, uma postura que faz um contraponto exacerbando a proposta. Ela disse que tem a intenção de colaborar, está na reunião para pensar e prevenir futuros problemas que surgirão no decorrer de uma conferência, e a estão se tratando em um tom que não é um tom adequado para um conselho desse porte. Ela tem muito acordo com o que o Pedro disse, o fato de estarem trabalhando numa não normalidade e não é uma não normalidade apenas decorrente da pandemia, é uma não normalidade decorrente de como vem sendo tratado esse conselho pela Secretaria de Cultura. Então, gostaria que eu ficasse registrado que ela se sentiu extremamente desconfortável nesse espaço, disse que iria se retirar. Agradeceu, desejou bom trabalho e disse os veem em outra ocasião. Ela não quis mais participar do debate de hoje, pois ela acha que está extremamente desgastante, deselegante, e que considera essa ação, inclusive, machista de silenciamento de fala de mulheres no meio que a gente está falando, interfere responde por outras pessoas e ela não se considera em condições de colaborar nesse momento. Agradeceu ao Bernardo e deu boa tarde. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, pediu para que ela esperasse um segundo. Em seguida, pontuou que, superando essa discussão, está claro que o conselho não é um lugar para isso. Muitas vezes ele percebe que eles polemizam muito algumas coisas que não são necessárias. Disse que o que o Conselheiro Davy tentou explicar para a Conselheira Rita ele entende como correto, porque é muito complicado eles dizerem que o gestor pode alterar uma conferência que ele fez ao bel-prazer dele, agora como que ele vai fazer isso, ele também não sente que seria a melhor estratégia delimitar, porque, como todos sabem, a gestão cultural no país é muito diversa, pois têm municípios que possuem secretarias que têm prédios gigantesco, muitos funcionários, e têm outras que é uma pessoa ou duas. Ele entende, às vezes, fazer certas condições poderia atrapalhar ao invés de ajudar. Mas como teve todas essas discussões, ele vai levar para a próxima reunião da Câmara Temática, para conversarem com um pouco de mais calma para ver se faz algum sentido ou se não seria necessário acrescentar algo desse tipo. O **Conselheiro Jorge Claudio Machado** pediu para deixar registrado que, no início da reunião, ele havia pedido para que o tempo de fala fosse controlado. Pediu também para que ficasse registrado porque, infelizmente, a colega se ausentou da reunião, ele preferia estar em um tom tranquilo na presença de todos, mas lá atrás esse problema já estava sendo levantado. Gostaria que ficasse registrado também porque ela está impondo que iria acontecer isso ou aquilo. Outra coisa, se eles estão na reunião de um conselho, então dizer que seja uma deliberação do Conselho. Então ele pediu que houvesse o registro de que não houve o cerceamento. Reiterou também a palavra que o assunto que foi levantado, que em sua opinião, também será juridicamente errado, que isso fosse posto em votação, para que não fique a palavra de um contra o outro e o objetivo comum é cumprir a função do Conselho, e que pudessem votar isso. Apesar do pedido da colega de retirar, ele reiterou o pedido do colega Davy para que fosse votado. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, concordou com a solicitação, pois houve o pedido de mais de um conselheiro para votar a matéria, ele colocou em votação. O problema é que ele não sabe ao certo a proposta da Conselheira Rita. Pelo que entendeu seria dar ao gestor local a autonomia de adaptação dos resultados da conferência para encaminhamento à etapa nacional. A **Flávia Mello de Castro, Coordenadora do CNPC**, informou o Conselheiro Pedro colocou uma proposta de redação no chat. Pontuou que como precisa ter a aprovação da convocatória para enviar ao jurídico, sugeriu utilizar a proposta do Pedro e levar para a Câmara Temática, e colocar no documento orientador, para não atrasar a publicação que ainda tem que passar pela jurídica. O **Conselheiro Pedro Zambom** disse que tentou materializar em palavras aquilo que foi discutido. Não sabe ao certo se foi o proposto, mas tentou materializar. A proposta seria: *“Cabe ao Órgão Gestor de Cultura a autonomia sobre o método e o processo decisório para a consolidação e eventual adaptação dos debates segundo o formato apresentado, com as 20 propostas sistematizadas, de acordo com as instruções do Caderno Orientador”*. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** pontuou que não cabe a ele adaptar. O **Conselheiro Pedro Zambom** disse que ele apenas tentou escrever o que a Conselheira Rita estava apresentando, seria uma tentativa em transformar em palavras o que estava sendo debatido em proposta. Ele ressaltou que não é sua proposta, apenas tentou materializar o texto. A **Flávia Mello de Castro, Coordenadora do CNPC**, pontuou que não colocou no texto da convocatória que estava em tela porque a proposta é colocá-lo no documento orientador. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, sugeriu debater isso em outro momento, pois eles precisavam ainda discutir e aprovar o texto da convocatória, que é o mais urgente no momento. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** questionou se o caderno não sairia junto com a convocatória, pois era melhor fechar essa questão e zerar o passivo. O **Presidente, em exercício, Conselheiro Rafael Nogueira**, solicitou que colocasse em votação o texto já que a conselheira deixou pontuado que houve o cerceamento da sua fala, então ele acha que o esforço de ele tentar terminar a reunião sem finalizar o assunto, pode ser mal interpretado no futuro, mesmo eles vendo que não é essa a intenção dele, de desviar o assunto e evitar. Eles têm testemunhado que a intenção dele é conduzir bem e que todos sejam ouvidos. Então sugeriu que colocasse em votação e que se em outro momento fosse necessário rediscutir, que eles fizessem isso, pois é tudo para o bem do Conselho. Agradeceu ao Pedro por ter se esforçado em consolidar a proposta para eles não serem imprecisos. O **Conselheiro Leonardo Franceschi** acredita que quando chegam a um impasse desse nível, precisa colocar em votação no pleno, pois fica esse desgastante. Sabe que a Conselheira Rita está imbuída das melhores intenções, ela tem as convicções dela, ele defende o ponto de vista dela, e sabe que o Conselheiro Davy também está imbuído das melhores intenções. É desnecessário com isso tudo, concorda com o que o Conselheiro Jorge comentou, pediu para colocar em votação para que não entrem nesses momentos que são deselegantes. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian** pediu para que retornasse o texto do documento orientador para a tela.

Em seguida, colocou em votação o texto apresentado pelo Conselheiro Pedro narrando a dúvida que a Conselheira Rita havia levantado, que seria: “*Cabe ao Órgão Gestor de Cultura a autonomia sobre o método e o processo decisório para a consolidação e eventual adaptação dos debates segundo o formato apresentado, com as 20 propostas sistematizadas, de acordo com as instruções do Caderno Orientador.*” Dessa forma, pediu para que os membros se manifestassem. Sugeriu que os Conselheiros que fossem contra ao texto apresentado pelo Conselheiro Pedro, que representa a proposta da Conselheira Rita, levantassem a mão no aplicativo do Microsoft Teams. O **Conselheiro Leonardo Franceschi** questionou se todos que estão votando são conselheiros titulares que estão compondo o colegiado. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian** disse que precisa aguardar um pouco para eles fazerem a conferência se todos têm direito ao voto. Informou que, até o momento, os **09 conselheiros que votaram contra ao texto**, com direito a voto, sendo: Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva, Marinez Teodoro Fernandes, Luiz Carlos Ramiro Junior, Davy Alexandrisky, Fábio Cunha, Jorge Claudio Machado da Silva, Jéssika Helen dos Santos, Ana Cristina Maltez (registrada no login de Alex Carneiro), Pedro Santoro Zambom. Em seguida, solicitou aos membros que fossem favoráveis ao texto, levantassem a mão no aplicativo. Foram contabilizados **dois votos favoráveis**. Os demais votos foram considerados abstenções. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** solicitou que constasse em ata que não houve coerção, somente duas pessoas poderiam ter sido coagidas, que é o conselheiro Leonardo e a Conselheira Loiva, que são a favor, pois o restante não foi coagido, simplesmente não concordaram. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, informou que tudo será constado em ata, pois a reunião é gravada e, posteriormente, eles fazem a degravação para a ata. A **Conselheira Marinez Teodoro Fernandes** solicitou que retirasse que a fala do conselheiro Davy foi machista, pois ela conhece o conselheiro, e acha isso muito desagradável. Ela sabe quem ele é, e o conhece a muito tempo e não gostou disso que foi dito dele. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian** disse que encaminhou a convocatória por e-mail, reconheceu que o prazo foi curto de envio, mas justificou que foi porque eles tiveram uma reunião da Câmara Temática dois dias antes, e no dia anterior à reunião, eles ficaram até tarde redigindo o que foi debatido na Câmara para ser enviado a eles. Mas foi encaminhado para eles, que tiveram um tempo para ler. Colocou o texto da convocatória em tela e solicitou que se alguém tivesse alguma sugestão ou insurgência que se manifestasse naquele momento. Não houve manifestação. **Assim, foi colocado para votação, e aprovado por unanimidade, o texto da convocatória da IV Conferência Nacional de Cultura.** Em seguida, o **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, lembrou que o pleno teria que deliberar sobre a redação dos 51 gestores que haviam sido aprovados na reunião anterior. Isso porque ficou em aberto o texto de como seriam selecionados esses gestores. Dessa forma, apresentado o seguinte texto para manifestação: “*51 Gestores Públicos Culturais dos Estados que tem sua organização por macrorregiões política administrativa*”. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** pontuou que na Câmara Temática eles haviam solicitado que colocasse uma vírgula depois do texto, da seguinte forma: “*51 Gestores Públicos Culturais dos Estados que tem sua organização por macrorregiões política administrativa, a convite da Secretaria Especial da Cultura*”. Eles entendem que cabe ao governo decidir quem representa melhor. O **Conselheiro Pedro Zambom** sugeriu apenas uma correção gramatical do texto, ficando da seguinte forma a redação: “*51 Gestores Públicos Culturais dos estados que têm sua organização por macrorregiões políticas administrativas, a convite da Secretaria Especial da Cultura*”. O **Presidente, em exercício, Conselheiro Rafael Nogueira** sugeriu apenas uma correção gramatical do texto, ficando da seguinte forma a redação: “*51 Gestores Públicos Culturais dos estados que têm sua organização por macrorregiões políticas administrativas, a convite da Secretaria Especial da Cultura*”. O **Conselheiro Pedro Zambom** consultou se esses participantes seriam responsáveis pela votação das propostas. Não lembra direito se essas propostas seriam aprovadas por maioria simples. Nesse sentido, em caso de empate, como estaria previsto o processo. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, informou que os votantes com direito a voz e voto serão 933 delegados, que não tem como dar empate por ser número ímpar. **Após considerações, o texto dos participantes foi aprovado por unanimidade da seguinte forma: “51 Gestores Públicos Culturais dos estados que têm sua organização por macrorregiões políticas administrativas, a convite da Secretaria Especial da Cultura”.** Em seguida, o **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, pontuou que as reuniões são todas gravadas, eles fazem a degravação e encaminham a ata final aos membros. Questionou se teria algum problema em aprovar a ata por e-mail, dando 1 dia (24 horas) para que os Conselheiros se manifestassem sobre a ata. Isso porque eles têm urgência em aprovar a ata, pois precisam encaminhar o processo à jurídica. Se forem esperar a próxima reunião do Pleno para aprovar a ata passada vai atrasar o processo. Nesse sentido questionou se tem algum problema em fazer a aprovação por e-mail. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** sugeriu que utilize no e-mail o mesmo processo, se alguém tiver alguma insurgência que se manifeste. Se ninguém se manifestar após 24 horas a ata será considerada aprovada. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, concordou com a proposta do Conselheiro Davy Alexandrisky e colocou em votação a proposta de aprovação da ata em 24 horas por e-mail. **Não houve manifestação contrária quanto à aprovação da ata, em 24 horas, por e-mail.** Posteriormente, foi informado que a Secretaria Executiva não recebeu contribuição, por e-mail, para o questionário do Plano Nacional de Cultura que será encaminhado aos gestores públicos estaduais de cultura. Dessa forma, quando o questionário for enviado, os gestores terão um prazo de 15 dias para responderem. O **Conselheiro Davy Alexandrisky** pediu desculpa se ele se exaltou em algum momento, se foi elegante ou inconveniente, se criou algum tipo de constrangimento. Dessa forma, pediu desculpa a todos. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, pontuou que entende que os dois estavam querendo o que é melhor para a cultura. Sem problemas, por ele está desculpado e recomendou que ele e a Conselheira Rita conversem depois para evitar esse tipo de discussão. O **Conselheiro Pedro Zambom** solicitou que o quanto antes for estabelecido o calendário das próximas reuniões seja passado com antecedência para que todos possam se programar com antecedência. A **Flávia Mello de Castro, Coordenadora do CNPC**, informou que a próxima reunião está agendada para o dia 05 de maio, mas com o andar da Conferência, pode ser que seja necessário convocar uma reunião extraordinária. O **Conselheiro Pedro Zambom** solicitou que se fosse convocada uma reunião extraordinária que fosse feita com pelo menos duas semanas de antecedência, pois esta foi convocada com apenas uma semana. Pontuou que foi muito difícil alterar agenda para a semana seguinte. O **Secretário Executivo, Bernardo Boghossian**, e o **Presidente, em exercício, Conselheiro Rafael Nogueira** agradeceram a presença de todos os membros pelo trabalho, e deram por encerrada a reunião, às 16h45.



Documento assinado eletronicamente por **Davy Alexandrisky, Usuário Externo**, em 11/04/2022, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Endrigo Claujan Thomas de Vargas, Secretário Nacional de Desenvolvimento Cultural**, em 11/04/2022, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **ISIS VALÉRIA GOMES, Usuário Externo**, em 11/04/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Henrique Carvalho, Usuário Externo**, em 11/04/2022, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Mello de Castro, Coordenador(a)**, em 12/04/2022, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Boghossian Aguiar, Diretor(a) do Sistema Nacional de Cultura**, em 12/04/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Crivellente da Nobrega, Coordenador(a)-Geral do Sistema Nacional de Cultura**, em 12/04/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva, Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural**, em 12/04/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1468216** e o código CRC **F571D2FD**.